

## Relato de Experiência: Práxis

### Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária: contribuições da Psicologia Social Comunitária

### University Journey in Defense of Agrarian Reform: contributions from Community Social Psychology

Gislayne Cristina Figueiredo<sup>1</sup> 

Mírian Toshiko Sewo<sup>2</sup> 

Rosa Lúcia Rocha Ribeiro<sup>3</sup> 

Amailson Sandro de Barros<sup>4</sup> 

<sup>1</sup>Autora para correspondência. Universidade Federal do Mato Grosso (Cuiabá). Mato Grosso, Brasil. gislaynecf@hotmail.com

<sup>2-4</sup>Universidade Federal do Mato Grosso (Cuiabá). Mato Grosso, Brasil. miriansewo@gmail.com, rosaluclia@gmail.com, amailsonbarros@gmail.com

**RESUMO | OBJETIVO:** Este trabalho é um relato de experiência que tem como objetivo apresentar o processo de organização da 2ª Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA), ocorrida na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a qual foi construída seguindo os princípios da Educação Popular e da Psicologia Social Comunitária, e que visou constituir-se como espaço de discussão de temas afetos à questão agrária e à transformação social, possibilitar a inserção das populações tradicionais e dos movimentos sociais na universidade e propiciar a aproximação entre o saber tradicional e o conhecimento científico. **CASUÍSTICA:** A abordagem teórico-metodológica adotada para a condução organizativa e a realização da JURA permitiu a construção de um espaço que fomentou a participação em condições igualitárias e dialógicas entre os membros da comunidade acadêmica e os participantes de movimentos sociais, os quais compuseram a comissão de organização do evento. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se pela validade de se aplicar os princípios e metodologias da Educação Popular e da Psicologia Social Comunitária aos processos de construção de atividades na academia, haja vista que estes possibilitaram potencializar o diálogo e o fortalecimento coletivo em torno dos objetivos do evento, em um processo que se configurou como educativo e emancipatório.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia Social Comunitária. Participação. Ruralidades. Povos tradicionais. Universidade.

**ABSTRACT | OBJECTIVE:** This Report of Experience aims to present the organization process of the 2nd University Journey in Defense of Agrarian Reform (JURA), held at the Federal University of Mato Grosso in Brazil, which was built following the principles of Popular Education and Community Social Psychology, and aimed to constitute a space for discussion of issues related to the agrarian issue and social transformation, enable the insertion of traditional populations and social movements in the university and provide an approach between traditional knowledge and scientific knowledge. **CASUISTIC:** The theoretical-methodological approach adopted for the organization and realization of JURA allowed the construction of a space that fostered participation in equal and dialogical conditions between members of the academic community and participants of social movements, which composed the committee organizing the event. **FINAL REMARKS:** It is concluded by the validity of applying the principles and methodologies of Popular Education and Community Social Psychology to the processes of construction of activities in the academy, considering that these enabled the enhancement of dialogue and collective strengthening around the objectives of the event, in a process that was configured as educational and emancipatory.

**KEYWORDS:** Community Social Psychology. Participation. Ruralities. Traditional peoples. University.

## Introdução

Desde os primórdios de nossa história como nação, nossa constituição como país se deu a partir de uma violenta luta pela terra, na qual os ocupantes originários foram expropriados, expulsos de suas terras ou exterminados em virtude dos interesses do capitalismo nascente (Medeiros, 2003; Sauer, 2016).

Para Garcia (2003), as identidades nacionais e culturais são formadas a partir dos vários elementos vivenciados ao longo da história. No caso do Brasil, é possível dizer que um dos principais aspectos que atravessam a nossa história e, por conseguinte, marcam a construção do que se pode chamar de identidade brasileira, é a questão da terra: como aponta o documento do Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2019, p. 28) que baliza a atuação do psicólogo junto às populações e comunidades que vivem nas áreas rurais, “as questões da terra, também no Brasil, marcam direta ou indiretamente nossa história social, política, econômica, cultural e, portanto, marcam como nossas subjetividades estão sendo produzidas”.

A questão da terra foi mudando de configuração ao longo da nossa história, mas ainda hoje se faz presente, o que pode ser exemplificado pelo índice de Gini do país: no que diz respeito à divisão da terra, de acordo com o censo agropecuário de 2006, o índice brasileiro é de 0,872, sendo o quinto mais desigual do mundo. O indicador mostra o acirramento da questão agrária, com aumento na concentração de terras no país, em relação ao índice anterior que era da ordem de 0,856 no ano de 1995 (Comitê de Oxford para o alívio da fome no Brasil [OXFAM-Brasil], 2016).

A desigualdade histórica na distribuição de terras leva a uma série de conflitos agrários, os quais envolvem diferentes modalidades de violências no campo, como a pressão sobre os trabalhadores, ameaças de morte, assassinatos, massacres, despejos, torturas, prisões, entre outras formas de coerção sobre as populações tradicionais e pequenos posseiros, visando a expulsão dos mesmos das terras tradicionalmente ocupadas (Comissão Pastoral da Terra [CPT], 2019; Medeiros, 2003; Sauer, 2016). O Brasil passou por intenso processo de urbanização, o qual teve como base a expulsão de várias populações que tinham uma relação com o campo (trabalhadores rurais meeiros, arrendatários ou pequenos posseiros,

povos tradicionais, etc.) para os centros urbanos, onde estes passaram a ocupar os espaços marginais e vulnerabilizados da cidade, como os subúrbios e as favelas, incluindo-se no mercado de trabalho de forma precarizada e em subempregos (Medeiros, 2003).

Cumprе assinalar que as condições de acesso e permanência na terra são determinantes nos modos de organização e de vida das comunidades tradicionais, produzindo impactos nas formas de ver o mundo, na cultura, nos papéis sociais adotados, na sociabilidade, nas relações entre as pessoas, e nos processos de subjetivação. A medida em que são a base do modo de vida dessas populações, a questão da terra produz desdobramentos que impactam a saúde física e mental das pessoas e comunidades, sendo essencial considerá-la quando se pensa nos processos de saúde e adoecimento e no bem viver.

Nos dias de hoje, os conflitos por terra têm se intensificado, sendo que os números acerca da violência no campo são alarmantes. Dados do relatório “Conflitos no Campo Brasil” (CPT, 2019) indicam que, só em 2018, ocorreram 28 assassinatos decorrentes de conflitos fundiários e 1489 conflitos por terra, os quais envolviam situações de violência, como ameaças de morte, assassinatos, despejo ou expulsão. Indicam ainda que os conflitos no campo estão crescendo ano a ano e que os dados são subdimensionados, pois muitos dos conflitos e violências que ocorrem em virtude da questão agrária/fundiária não são registrados como tal.

Trazendo para a realidade de Mato Grosso, foram 54 conflitos por uso e posse da terra, conflitos que envolviam grandes produtores de um lado e indígenas, sem-terra, assentados, posseiros, quilombolas ou trabalhadores rurais de outro lado (CPT, 2019). De acordo com a série histórica, apresentada pela OXFAM a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE, o estado de Mato Grosso apresentava, em 2016, índice de Gini de 0,865, inferior apenas ao de Alagoas (0,871), sendo a segunda unidade da federação com a maior concentração de terras do país (OXFAM - Brasil, 2016).

Nesse contexto, discutir a questão agrária no estado é um ato político essencial, na medida em que ela acarreta impactos na vida cotidiana e na organização das comunidades que vivem e dependem da terra, posto ser essa uma região considerada de

“fronteira agrícola” para o agronegócio: o estado de Mato Grosso teve seu processo de colonização intensificado a partir dos anos 1970, reproduzindo o mesmo mecanismo vivenciado no litoral brasileiro, a partir de 1500, com a chegada dos portugueses – com intensa expropriação e genocídio das populações indígenas e tradicionais (Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso [FDHT-MT], 2015).

Problematizar e refletir as dimensões da questão agrária é uma tarefa que a Psicologia Social Comunitária pode contribuir. Nesse sentido, uma das ações organizadas no estado de Mato Grosso, a partir dos princípios dessa Psicologia, se refere à Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA), espaço que se configura como democrático e participativo, dentro e fora da Universidade e cujo relato de experiência, neste artigo, será apresentado como forma de ilustrar seu processo organizativo. Na primeira parte do texto, são realizadas considerações sobre a potencialidade do diálogo entre os saberes científico e popular para a construção de conhecimentos libertários e de processos de conscientização. Na sequência, contextualiza-se o processo de organização da II JURA, realizada no ano de 2019, no campus da Universidade Federal de Mato Grosso, em Cuiabá, para, no terceiro momento, termos considerações sobre as categorias centrais para a condução desse processo.

### **Populações tradicionais, universidade e diálogo: reflexões a partir da Psicologia Social Comunitária**

A cisão entre os saberes científico e popular, com consequente desvalorização deste último, é característica do pensamento moderno ocidental (Souza Santos, 2011), o qual tem como uma de suas decorrências a elitização do mundo acadêmico, que acaba por se configurar como lugar de reprodução simbólica, de monopolização do conhecimento e de saber das elites e classes médias altas (Trevisol & Nierotka, 2016). De acordo com Souza Santos (2011), outras consequências dessa separação entre o saber científico e o popular pesam sobre as universidades – não apenas em nível nacional, mas global – que são o corporativismo e a incapacidade de autointerrogar suas práticas e seus modos de funcionamento.

Essa hierarquização entre saberes, reproduzida pela forma atual de organização do espaço acadêmico, mantém assimetrias de poder e colabora para a manutenção da distância entre as classes populares e a universidade (Freire, 2007). Os mecanismos de invalidação do conhecimento popular passam pela deslegitimação de seus discursos, em um processo de desvalorização de seus saberes, de sua cultura, de seu vocabulário e formas de falar das populações pertencentes às minorias, processo referido como “denegação” (Montero, 2006, p. 124).

O monopólio e a elitização do saber, com a negação do acesso às classes populares ao conhecimento acumulado pela humanidade e ao usufruto dos bens culturais, se mantêm mesmo após a criação de mecanismos que visam garantir acesso mínimo de indivíduos oriundos dessas classes aos bancos universitários. Estudo desenvolvido por Trevisol e Nierotka (2016), em uma universidade brasileira que adotou amplo sistema de estímulo ao acesso de populações que historicamente são excluídas desse espaço, indicou que mesmo após as cotas, a universidade é majoritariamente ocupada por brancos com perfil urbano.

A valorização dos diversos saberes populares – quilombolas, indígenas, ribeirinhos, comunidades de extrativistas, pescadores e coletores, caçaras, posseiros, meeiros, em suma, das nomeadas populações tradicionais – é um dos pilares da Educação Popular, a qual tem influenciado as práxis de determinadas correntes psicológicas, em particular da Psicologia Social Comunitária latino-americana. Compreende-se que esses saberes, com toda diversidade e riqueza, são constituídos por conhecimentos acumulados a partir da prática e da vivência comunitária, não sendo inferior ao conhecimento sistematizado nos espaços acadêmicos, mas de tipo diferente. Nesse sentido, são formas práticas e válidas de se ler o mundo, as quais podem e devem se associar, dialeticamente, com as formas teóricas de se efetivar essa leitura (Freire, 2007).

Nessa perspectiva, ganha importância o papel do diálogo e do respeito frente ao conhecimento popular e às formas de comunicação dessas populações. É por meio do diálogo que o ser humano se desenvolve, apreende o mundo em que vive, interage com outros seres humanos. O diálogo contribui para os processos do tornar-se humano.

O diálogo é o encontro entre os homens, intermediados pelo mundo, para nomear esse mundo. Se é por meio da palavra, ao nomear o mundo, que os homens o transformam, o diálogo se impõe como o caminho pelo qual os homens encontram o significado de serem homens. Logo, o diálogo se constitui como uma necessidade existencial (Freire, 2018, pp. 39-40).

O diálogo é a base do processo de humanização e ferramenta essencial na construção do conhecimento, bem como veículo de transformação das pessoas e do mundo: “o diálogo é a própria essência da ação revolucionária” (Freire, 2018, p. 43). Para que aconteça, exige certas condições: primeiramente, no enxergar o outro – e seu saber – como igual, o que tem como decorrência uma posição de respeito e simetria na posição dos falantes. Em segundo lugar, demanda abertura para uma relação contínua de trocas de conhecimentos e de saberes que surgem e são existentes em diálogo (Freire, 2018). Nesse sentido, os processos dialógicos são compreendidos como processos de construção do saber e de fazeres que envolvem a totalidade do ser humano, e que devem produzir transformações qualitativas na consciência das pessoas – contribuindo para que estas superem a consciência semi-intransitiva e caminhem na direção da construção de uma consciência crítica (Freire, 2018).

Essa construção de saberes se dá tanto na prática e nas relações cotidianas dos sujeitos, quanto nos espaços escolares, e envolve todo o corpo consciente do sujeito: afetos, pensamento, emoções, memória, relação com o outro e com o significado social do objeto, entre outros (Freire, 2007), impactando nos modos de subjetivação.

Assim, mais do que a cognição, os processos dialógicos e de construção dos saberes envolvem a implicação do ser humano como um todo, que evoca o processo de construção de um novo sujeito – modificação de sua própria subjetividade e identidade, de uma nova sociabilidade – novas relações entre os sujeitos, e de uma nova relação com o mundo concreto. A partir dessa perspectiva, os processos de construção de si não podem ser separados do diálogo e da troca com outros seres humanos, nem do processo de construção do conhecimento crítico a respeito de si, das relações histórico-socialmente construídas e

do mundo, pois, na medida em que se relaciona com o mundo e com outros seres humanos, o sujeito vai se modificando, mediado pela palavra (Freire, 2018).

Por vezes, tem-se atribuído à Psicologia a adoção de uma práxis que contribui não só com a alienação e a submissão do indivíduo, mas também para a produção e a manutenção de subjetividades assujeitadas e massificadas, ideais para a manutenção do status quo e do funcionamento do sistema capitalista (Oliveira & Amorin, 2012).

A Psicologia Social Comunitária, cuja trajetória é marcada pelo compromisso com os setores mais desfavorecidos da população, surge a partir do processo de crítica a esse modelo hegemônico e elitizado de fazer Psicologia, no qual é instrumentalizada como mecanismo de normatização e adaptação dos indivíduos à uma ordem social excludente e alienadora (Freitas, 2014). A subjetividade, nessa perspectiva, não pode ser compreendida de forma isolada de suas condições materiais de construção e reprodução, uma vez que é interagindo com o próprio contexto sócio-histórico e concreto que o sujeito vai se constituindo e se transformando, de tal maneira que são as condições concretas de existência das pessoas que informam seus modos de subjetivação (Lane, 2004).

A Psicologia Social Comunitária parte desse entendimento e atua no sentido de fomentar a emancipação e a autonomia dos sujeitos, proposta que evidencia o compromisso ético-político com a transformação da realidade social e com a conscientização das pessoas (Freitas, 2014). Desde seus primórdios, busca atuar junto às populações historicamente oprimidas, excluídas e privadas de seus direitos (Freitas, 2014), entre elas as populações tradicionais, que têm seus direitos, sua cultura, sua identidade e seu modo de vida violados.

No entanto, os saberes psicológicos, de modo geral, ainda se relacionam precariamente e marginalmente com essas populações, haja vista que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, nasceu nos grandes centros urbanos e mantém seu olhar voltado para o contexto urbano, desconsiderando boa parte da população brasileira que se encontra no meio rural (Vasquez, 2009).

Ainda assim, recentemente nota-se o processo incipiente, porém relevante, de interiorização da Psicologia, tanto por meio das políticas públicas – em especial as de Assistência Social, através das quais os profissionais da Psicologia passaram a ter contato com extratos da população que vivem e tem sua subjetividade constituída a partir do campo –, quanto por meio da produção de conhecimento acadêmico sobre essas populações (Barros & Almeida, 2019; Leite et al., 2013).

Em seu trabalho com as populações historicamente oprimidas, a Psicologia Social Comunitária parte de uma postura ético-política que valoriza o diálogo, os saberes populares, a potencialidade e a autonomia das pessoas com as quais trabalha. Atua no sentido de buscar o fortalecimento das comunidades, a superação das desigualdades sociais por meio da transformação social, e a construção de uma consciência crítica, que desnaturalize as condições de existência nessa sociedade, passando a compreendê-la em suas determinações históricas e sociais (Freitas, 2014).

Cruz et al. (2010) referem que a Psicologia Social Comunitária tem como método o fomento à participação e os processos de desnaturalização do cotidiano reificado, promovendo o processo de aprendizado de novos saberes, de formação de uma identidade coletiva e de desenvolvimento de processos de conscientização (Cruz et al., 2010). Acrescentam que a participação se configura como indicador de transformação psicossocial, haja vista que à medida em que atua de forma coletiva para modificar alguma coisa e se apropria daquilo de que participa, o sujeito também se modifica nesse processo.

Quanto ao nível de participação, varia desde a simples assistência, passa pela participação permanente, e pode chegar à participação mais orgânica, a depender do compromisso e da identificação dos sujeitos com a atividade ou ação que está sendo desenvolvida (Montero, 1996 apud Cruz et al., 2010). O grau de participação impacta nos processos de conscientização do sujeito: quanto mais crítica, dialógica e orgânica, mais a participação contribui com transformações nas identidades coletiva e individual, promovendo uma percepção de pertencimento a uma coletividade (Cruz et al., 2010).

Nesse sentido, a participação em espaços dialógicos e efetivamente democráticos pode promover processos de desenvolvimento da consciência, pois o contato com diferentes formas de pensar acerca das questões que estão sendo trabalhadas pode possibilitar a reflexão acerca das condições concretas onde se dá essa participação, gerando possibilidades de desnaturalização de formas cristalizadas de compreender o mundo e de nele atuar (Cruz et al., 2010). Esse processo de construção da consciência, posto que dialético, nunca está acabado (Freire, 2018).

### **A realização da JURA no estado de Mato Grosso: breve contextualização**

No 2º encontro Nacional de Professores Universitários com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizado em São Paulo, em 2013, deliberou-se que a partir de 2014, entre os meses de abril e maio, as universidades realizariam a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) como forma de marcar o calendário de Lutas de Abril, período em que o MST relembra o massacre de Eldorado dos Carajás-Pará, ocorrido no dia 17 de abril de 1996 (Ribeiro & Sewo, 2020).

A primeira edição da JURA foi realizada no ano de 2014 em mais de 40 Institutos de Ensino Superior (IES), e atualmente é realizada em mais de 90 IES do país (Ribeiro & Sewo, 2020). Em Mato Grosso, a JURA foi realizada pela primeira vez no ano de 2018, no campus da UFMT/Cuiabá, na modalidade de projeto de extensão, e reuniu na comissão organizadora 23 pessoas entre docentes, estudantes, técnicos administrativos, representantes da comunidade, de sindicatos e de movimentos sociais populares como o MST, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Essa I JURA, contou com a participação de mais de 500 pessoas em três dias de discussões e reflexões sobre a reforma agrária, as populações do campo e temáticas que abarcam o campo social, e a realidade educacional e econômica brasileira, dentre outras (Ribeiro, 2018). A II JURA foi realizada no ano de 2019, sendo que suas atividades serão apresentadas e discutidas na sequência.



## Metodologia da organização das atividades da JURA

A metodologia de organização da JURA adotada na UFMT partiu, desde a primeira edição, dos princípios da Pesquisa Participante, da Educação Popular e da Psicologia Social Comunitária latino-americana, no sentido de fortalecer a participação e o compromisso de mais pessoas na elaboração e efetivação do evento (Freire, 2018; Freitas, 2014). No processo de organização da Jornada, adotou-se encontros semanais, com duração de uma hora e trinta minutos, realizados nas dependências da UFMT, sempre às terças-feiras, no final da tarde.

Os encontros foram pensados como estratégicos para o processo de familiarização (Montero, 2004) entre os participantes-organizadores da Jornada, bem como espaço ético-político para realização de análise de conjuntura e desenvolvimento do plano de ações do evento, consonante às orientações enviadas pela coordenação nacional da JURA.

Na II JURA os encontros semanais de planejamento ocorreram entre os meses de fevereiro a maio de 2019.

### Sobre os encontros semanais da comissão organizadora

A comissão organizadora da JURA 2019 totalizou 67 pessoas, internas e externas à UFMT, sendo: 28 docentes, de 15 diferentes departamentos; 13 estudantes de graduação, de nove cursos diferentes; sete alunos de pós-graduação, de quatro programas de pós-graduação; 1 servidor técnico-administrativo; 18 pessoas externas oriundas de 14 entidades diferentes<sup>1</sup>. Outros 49 estudantes atuaram como monitores voluntários durante o evento.

A metodologia dos encontros semanais foi composta por três etapas: 1) o acolhimento e apresentação dos participantes; 2) a análise de conjuntura e 3) planejamento e encaminhamentos da JURA. Todos os encontros foram registrados no formato de memórias de reunião que foram utilizadas para a elaboração

dos relatórios do projeto de extensão e para a consolidação dos dados e análises aqui apresentadas. A análise de conjuntura se mostrou como momento fecundo para a reflexão crítica e para a troca de saberes constituídos a partir de distintos pontos de vista, o que contribuiu significativamente para o estabelecimento de diálogo, para a identificação com o outro, para a construção de saber coletivo. Nessa forma de organização dos trabalhos, partiu-se das concepções de Paulo Freire, para quem a prática de leitura crítica da realidade, quando realizada em atividades organizativas e de mobilização, são instrumentos potentes de desenvolvimento da consciência (Freire, 2018).

Ademais, destaca-se que a realização desses encontros primou pela construção de processos coletivos, participativos e democráticos; e pela construção de relações comunitárias, portanto, horizontais e respeitadas, compreendendo que a transformação do mundo e das consciências se faz nas práticas cotidianas. A essa metodologia de trabalho e à força de aglutinação do tema da reforma agrária e das injustiças no campo atribui-se o êxito da JURA nos dois anos na UFMT, bem como o engajamento crescente da comunidade universitária e dos movimentos sociais populares.

É também importante sublinhar que ao longo do processo de organização da JURA houve a formação de vínculos e o estabelecimento de redes entre as pessoas que participaram da comissão organizadora, o que foi propiciado pela participação em espaço de construção coletiva e que fez emergir uma identidade social, o que pode ser identificado não só pela formação de vínculos e de auto-identificação entre os participantes, mas pela capacidade de autogestão e controle dos processos desenvolvida pelos mesmos, pelo compromisso evidenciado com o grupo, pelo desenvolvimento e expressão das capacidades individuais dentro do espaço grupal, pelo surgimento de conhecimentos e valores comuns (Montero, 2006).

### Sobre a realização da II JURA

A II JURA UFMT foi realizada entre os dias 18 a 29 de maio de 2019 com uma programação extensa, variada e dinâmica<sup>2</sup>, somando 68 atividades, que buscaram

<sup>1</sup> MST, CPT, CIMI, FASE, ANEPS, Faculdade Católica, IFMT, SES-MT, SMS-Cuiabá, Defensoria Pública-MT, FORMAD, AAMOBEP, Fórum de Saúde e PT

<sup>2</sup> Página do evento: <https://juramatogrosso.wixsite.com/jura2019/programacao>

integrar o público da academia com a comunidade externa, como os movimentos sociais populares, sindicatos, agentes públicos, representações partidárias, grupos populares urbanos e, de modo especial, camponeses e indígenas que estiveram em grande número acampados dentro da universidade no período.

Ao todo, participaram 1.094 pessoas durante todo o evento, conforme pode ser demonstrado na Tabela 1.

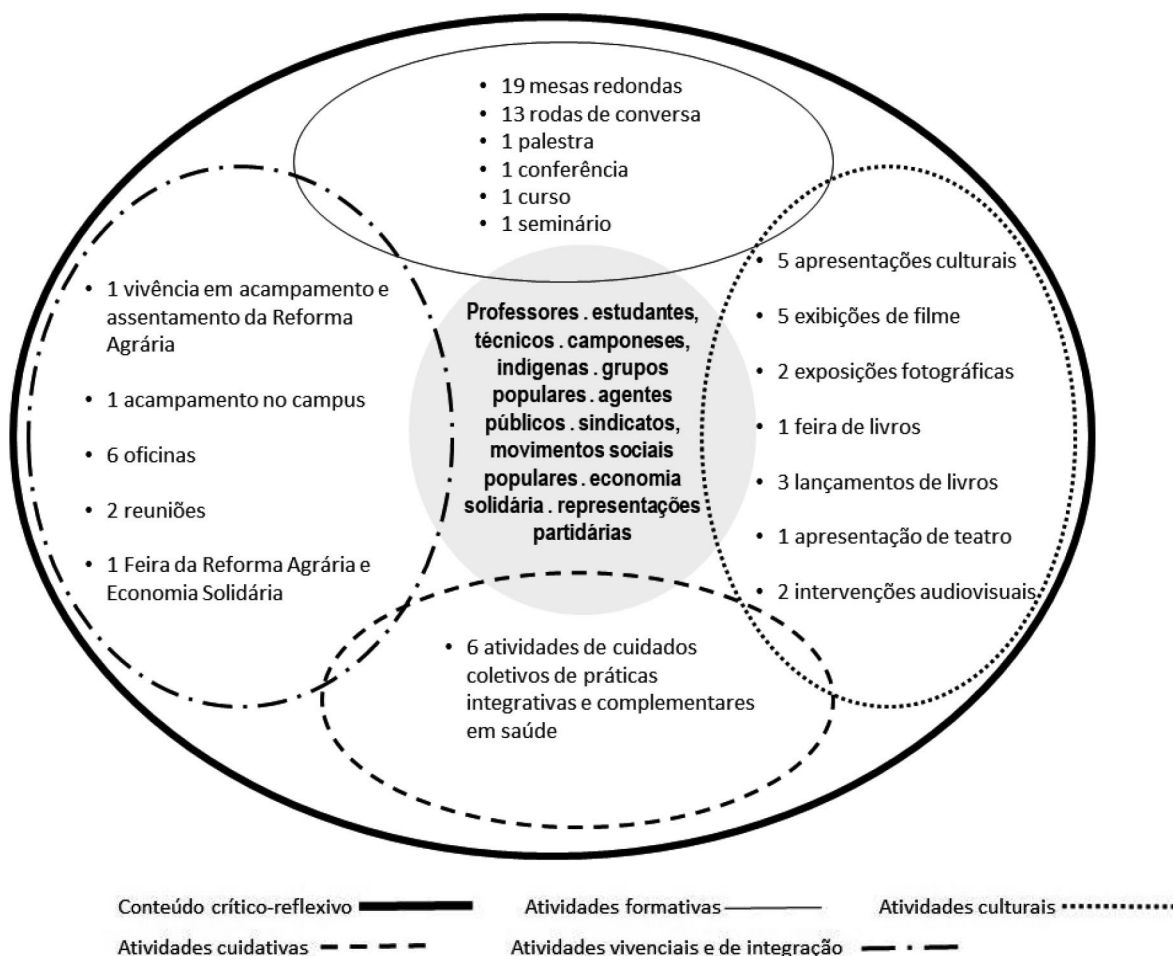
**Tabela 1.** Número de pessoas que participaram da II Jura e de sua organização

Forma de Participação	Representação	Número de Participantes
Comissão Organizadora	Professores UFMT	28
	Organizações e Movimentos Sociais	18
	Estudante de Graduação UFMT	12
	Estudante de Pós- Graduação UFMT	07
	Técnico-administrativo UFMT	01
Inscritos no evento	Comunidade em geral	621
	Estudante de Graduação UFMT	360
	Estudantes de PG da UFMT	34
	Professores UFMT	10
	Técnicos-administrativo UFMT	02
<b>Total de participantes</b>		<b>1.093</b>

Fonte: Caetano, 2019.

Todas as atividades estiveram abertas aos diversos públicos participantes e, em graus variados, abarcaram conteúdos crítico-reflexivos. As atividades se articularam entre si, mas de forma didática podem ser tipificadas como atividades de caráter: (1) formativos; (2) culturais; (3) cuidadosos; e (4) vivenciais e de integração, conforme demonstrado na Figura 1.

**Figura 1.** Representação das atividades da II JURA UFMT 2019



Quanto às atividades formativas, estas incluíram 19 mesas redondas, 13 rodas de conversa, uma palestra, uma conferência, 1 seminário e 1 curso, abordando temas relacionados à terra e outros temas que a circundam como: vida, saúde, educação, relações raciais, patriarcado, pobreza, soberania alimentar, direitos dos povos indígenas e quilombolas, trabalho, meio ambiente, energia, comunicação, ação imperialista e pacote tecnológico do agronegócio, agroecologia e dívida pública.

As atividades culturais ocuparam espaço significativo na II JURA. As apresentações culturais incluíram projetos de extensão da universidade (grupo de violino infanto-juvenil, grupo de dança popular regional e capoeira) e grupos externos, como coral de grupo de idosos e grupo de percussão feminista. Também foi realizada a mostra “Cinema da Terra” com a exibição de cinco filmes com temáticas relacionadas à luta pela terra<sup>3</sup>, duas exposições fotográficas<sup>4</sup>, uma feira e lançamentos de livros, intervenções audiovisuais e uma peça de teatro.

Ressalta-se a grande participação do público camponês na peça teatral *Mulheres da Terra*, o qual foi considerado como público preferencial, junto ao público urbano e universitário que lotou o espaço, e que representou momento de importante de reflexão e emoção.

**Figura 2.** Cena da peça teatral *Mulheres da Terra*



Fonte: Acervo dos autores.

As atividades cuidativas realizadas incluíram rodas de conversa sobre temas de saúde e práticas integrativas e complementares em saúde realizadas no contexto da chamada “Tenda Paulo Freire”. As “Tendas Paulo Freire”, tradicionalmente, têm se apresentado como uma marca dos coletivos e movimentos de Educação Popular em Saúde e se constituem em espaços de construção compartilhada do conhecimento e saberes permeados pela ideia dos círculos de cultura, desenvolvidos na pedagogia freireana. Nela são realizadas rodas de conversas com temas previamente definidos, oficinas, intervenções, vivências artísticas e práticas integrativas populares de cuidado à saúde (Associação Brasileira de Saúde Coletiva [ABRASCO], 2016).

<sup>3</sup> Filmes exibidos: Memórias clandestinas; A educação em movimento; Comunidade quilombolas; Avaeté, semente da vingança; Descalço sobre a terra vermelha.

<sup>4</sup> II Mostra fotográfica Terra e Resistência: o olhar dos povos do campo, das águas e das florestas; Exposição “Relatório Figueiredo e contemporaneidade: Estado, violência e resistência dos povos indígenas”



Por último, as atividades vivenciais e de integração compreenderam diversas modalidades: vivências, acampamento, feira, reuniões e oficinas. A primeira atividade refere-se à uma “Vivência em áreas de assentamento da reforma agrária” com o objetivo de permitir contato dos membros da comunidade acadêmica - que, em geral, é composta por uma população de origem eminentemente urbana - ao cotidiano de vida, tanto de uma comunidade rural de famílias assentadas em assentamento de reforma agrária, quanto de uma comunidade ainda em processo de luta pela terra, e que reside em acampamento. A atividade foi desenvolvida em duas localidades ao sul de Cuiabá: o “Acampamento Padre José Ten Cate” no município de Jaciara e o “Assentamento Egídio Brunetto” no município de Juscimeira. Essa atividade teve a participação de 30 estudantes que foram acompanhados por duas docentes da área de Psicologia Social Comunitária, sendo uma ação de efetiva integração e diálogo entre a universidade e os Sem Terra.

Já o Acampamento dos camponeses do MST e de lideranças indígenas dentro do campus representou uma atividade muito enriquecedora de integração destes com a comunidade universitária. Inicialmente, percebeu-se certo estranhamento por parte de alguns trabalhadores e estudantes da Universidade, mas, a realização de conversas mediadoras e os dias de convivência fizeram com que a presença dos acampados se tornasse, ao longo do período do evento, mais receptível para os que estavam mais próximos e compartilhando dos mesmos espaços.

A Feira da Reforma Agrária e Economia Solidária, realizada no espaço do Centro Cultural da universidade contou com a participação de 21 grupos de produtores, entre camponeses, quilombolas, grupos comunitário-urbanos e indígenas de diversas etnias. Tais grupos eram procedentes dos seguintes municípios: Tangará da Serra, Livramento, Poconé, Cáceres, Mirassol, Juscimeira, Cuiabá e Várzea Grande. A feira aglutinou produtos da reforma agrária, orgânicos e de cooperativas de economia solidária. A realização da Feira promoveu a visibilidade da agricultura familiar e da economia solidária e às próprias discussões fomentadas pela JURA - como a importância da reforma agrária, da agricultura de base familiar e da garantia da terra para as populações tradicionais. Além da comercialização dos produtos, a feira propiciou a

formação e o fortalecimento de redes entre os movimentos sociais e os agricultores familiares do estado, bem como se constituiu em espaço significativo de troca de saberes entre as comunidades e os demais participantes.

Dentre as atividades de integração, ocorreram duas reuniões dos gestores escolares indígenas com representações da Educação indígena da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso e outros agentes públicos da área de defesa dos direitos dos povos indígenas. Alguns destes gestores indígenas estiveram acampados juntamente com os camponeses, o que permitiu melhor reconhecimento e aproximação de culturas.

Por fim, as “oficinas de práticas agroecológicas” que foram atividades dirigidas especialmente para os camponeses também tiveram caráter de integração, pois receberam a participação do público universitário com o diálogo de saberes.

O evento contribuiu para dar visibilidade social à questão da terra e da reforma agrária não só para a comunidade acadêmica, mas para a sociedade em geral, posto que teve grande repercussão nos meios de comunicação, com a veiculação de 35 matérias em jornais, sites e redes sociais.

### Sobre as dificuldades enfrentadas

Ainda que a II JURA tenha produzido diversos ganhos para organizadores e participantes, a reflexão sobre as dificuldades e os desafios vivenciados durante o processo de construção e execução do evento são fundamentais para orientar e fazer avançar outros eventos de natureza semelhante.

O primeiro desafio foi o de proporcionar maior interação e integração entre as pessoas da academia e as advindas das comunidades rurais, sejam os Sem Terra, os indígenas ou os quilombolas. Apesar de terem sido realizadas onze atividades integrativas, estas ainda não conseguiram proporcionar uma integração que possibilitasse que as pessoas se misturassem mais durante o evento, prevalecendo ainda a conformação de agrupamentos entre os da academia e os das comunidades.

Outro desafio consistiu na forma cristalizada de se trabalhar na universidade, que não favorece a participação da comunidade, haja vista que docentes e discentes, via de regra, conduzem suas atividades de forma isolada, ou na melhor das hipóteses, em grupos de pesquisa que em geral se aglutinam por áreas e especialidades. Em geral, as atividades realizadas pela maioria dos acadêmicos em seus eventos (conferências, palestras, mesas redondas) não dialogam com os saberes populares e não conseguem manter o interesse das pessoas da comunidade por muito tempo.

Nesta linha dos saberes populares, também as práticas coletivas, dialógicas e participativas ainda foram grande desafio para a academia acostumada às aulas expositivas, às comunicações unidirecionais e às exposições fatigantes de ideias.

Outro fator dificultador foram as condições de trabalho na universidade, as quais geram sobrecarga para docentes, discentes e técnicos e dificultam especialmente a realização de atividades voltadas para a comunidade ou que fomentem a inserção destas no espaço acadêmico – as chamadas atividades de extensão, que em função do produtivismo que enfatiza a pesquisa e o ensino, são as primeiras atividades a serem deixadas de lado.

Ademais, é bastante notório que eventos como este, que propõe a discussão sobre a questão agrária e que leva para dentro da universidade os Sem Terra, os indígenas e os quilombolas para discutirem a sua realidade, só são possíveis em uma universidade pública e gratuita. Contudo, essa universidade tem sofrido drásticos cortes de recursos em deflagrado ataque à sua existência como espaço de crítica e de pluralidade. A UFMT, com todas as suas dificuldades, no que lhe foi possível e pela ação de pessoas responsáveis e comprometidas com o povo pobre e excluído de Mato Grosso, forneceu o apoio à realização da II JURA tornando exequível a sua realização.

No entanto, sem os recursos financeiros da própria classe trabalhadora através dos seus sindicatos, organizações, representações parlamentares e ações de solidariedade emergenciais, o evento não teria as condições concretas de existir. Essa capacidade da classe trabalhadora de se organizar e viabilizar os eventos que lhe são necessários não exclui a responsabilidade governamental (fala-se aqui de governo democrático) de implementar linhas de apoio com destinação de recurso para atividades como estas, na

medida em que apoia e financia abertamente o agronegócio (Souza et al., 2015).

## Considerações finais

A JURA na UFMT tem funcionado como relevante instrumento de mobilização, de organização, de formação e de construção coletiva que reúne movimentos sociais, sindicatos, comunidade e academia em uma dinâmica de apropriação do espaço acadêmico com atividades que colocam em discussão não só a reforma agrária, mas a sociedade, seus limites e a necessidade de transformá-la.

No caso da JURA-UFMT, sua realização proporcionou: a) o encontro semanal (no seu período de planejamento e realização - três meses em geral) da universidade com os movimentos sociais e a possibilidade de maior proximidade, trocas e idealização de projetos futuros, inclusive de extensão, ensino e pesquisa; b) o encontro entre movimentos sociais diversos, potencializando a formação de vínculos e construção de redes entre os participantes dos movimentos sociais; c) discussão semanal da conjuntura a partir da perspectiva de diferentes práticas, saberes e lugares de luta propiciando uma leitura da realidade mais abrangente; d) discussão da própria universidade, seus objetivos, métodos e posicionamentos políticos frente às necessidades do povo; e) a partilha de frustrações e de sonhos e também o fortalecimento conjunto do ânimo para continuar trabalhando para a conquista das transformações sociais tão necessárias para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária; f) a ocupação, por parte das populações do campo - Sem Terra, povos indígenas e quilombolas, de lugar de fala nas conferências e mesas do evento tornando possível evidenciar o valor de seus conhecimentos e inverter os lugares tradicionais em nossa sociedade na relação com o saber, promovendo espaço de reconhecimento mútuo e de desconstrução da visão que a academia faz a respeito dos indivíduos oriundos da zona rural; g) a ocupação das populações do campo - Sem Terra e povos indígenas - do espaço da universidade por meio de acampamentos proporcionando às pessoas que ali circulam a oportunidade de conviverem no mesmo espaço e desfazer mitos e preconceitos; h) a oportunidade a estudantes, docentes e comunidade de conhecer a realidade e as pessoas de um acampamento e um assentamento do Mato Grosso proporcionada por uma atividade de visita a

esses locais; i) a elaboração de um livro com algumas das discussões produzidas no evento.

A realização do evento em si foi muito impactante, ao trazer a discussão sobre a questão agrária para o ambiente acadêmico, num estado em que tanto a organização fundiária quanto a cultura política são favoráveis ao agronegócio e efetivam silenciamento, via de regra violento, do povo Sem Terra e das populações tradicionais. No entanto, acredita-se que o principal ganho evidenciado pela JURA se deu no processo de organização da mesma, orientado pelas práticas da Psicologia Social Comunitária e da Educação Popular que permitiram construir espaço de diálogo e de construção de processo participativo.

Defende-se aqui que nos trabalhos desenvolvidos na perspectiva da Psicologia Social Comunitária, os resultados abrangem todo o processo e não aparecem apenas como produtos finais. Ou seja, a forma como esses trabalhos foram realizados já representam ganhos na medida em que proporcionam a construção de relações de amizade e parcerias, solidariedade e companheirismo, partilha de saberes, crescimento mútuo e unidade nas lutas.

Frisa-se que para além de trazer para o espaço acadêmico discussões sobre temas afetos à transformação social, como a luta pela terra e as necessidades dos povos tradicionais, importa ter clareza sobre a forma como se efetiva essa discussão, isto é, sobre como se dá a Práxis: se esta de fato reflete a postura ético-política, ou se apenas reproduz formas cristalizadas de atuar dentro da universidade, as quais reproduzem uma relação assimétrica e de poder com relação ao saber popular.

Preconiza-se, com isso, a aplicação das metodologias de intervenção em Psicologia Social Comunitária à própria comunidade acadêmica, tendo em vista o processo de transformação que estas promovem. Santos (2005) enfatiza a necessidade de democratização dos espaços acadêmicos, e a Psicologia Social Comunitária aporta contribuições no sentido de que essa democratização pode se dar à medida em que há de fato uma transformação da academia em uma comunidade, onde haja troca efetiva de saberes, formação de vínculo, identificação social, responsabilização coletiva.

Nesse sentido, é importante a adoção de metodologias de fato dialógicas e participativas, que respeitem

as diferentes formas de conhecimento e fomentem a transformação dos indivíduos e dos coletivos, ou seja, que se possa aplicar as mesmas ferramentas de intervenção que se preconiza para as comunidades na própria comunidade acadêmica.

Acrescenta-se que a inserção atual das populações historicamente excluídas no espaço acadêmico, considerando que são as mesmas que têm tido que se adaptar à linguagem e cultura academicistas, têm propiciado pouca transformação nos modos de funcionar da universidade, no sentido de ampliar sua visão, fomentar o diálogo e a troca de saberes, enriquecendo a ambos.

Como afirma Paulo Freire (2007), o conhecimento popular tem muito a contribuir com o conhecimento científico, não sendo compreendido como uma aporia a este, mas como elemento essencial na sua transformação, quer pela sua complementariedade, quer pelo que traz de contraditório.

Trata-se assim de pensar uma nova possibilidade de inserção do conhecimento chamado popular na universidade, bem como da população historicamente excluída dos espaços de produção e reprodução do conhecimento científico, que vá para além da permissão de acesso dessas pessoas – a qual demanda sua subsunção e a adequação aos códigos, à linguagem e ao *modus vivendi* da produção acadêmica, mas que permita à universidade apreender e se modificar a partir da interação dialógica com o saber popular.

É imprescindível permitir que a sabedoria acumulada por essas pessoas e comunidades seja acolhida, respeitada e valorizada pelo meio acadêmico. Tal práxis pode permitir que esse conhecimento transforme a universidade e a seus participantes (docentes, discentes e técnicos), contribuindo para que, de fato, seja espaço que acolha e sirva os interesses e necessidades de toda a sociedade.

É notório que um evento anual é algo bastante limitado para produzir transformações significativas na academia, mas a sua realização tem sido importante instrumento de mobilização, de organização, de formação e de construção coletiva que reúne movimentos sociais, sindicatos, comunidade e universidade em uma dinâmica de apropriação do espaço acadêmico com atividades que colocam em discussão não só a reforma agrária, mas a sociedade que temos, seus limites e a necessidade de transformá-la.

Considerando que a universidade adota práticas que são reconhecidas, mas muitas vezes automatizadas, repetitivas e cristalizadas, conclui-se frisando a importância da realização de atividades organizativas que primem pela adoção de propostas teórico-metodológicas congruentes com a visão de subjetividade, de mundo e de sociedade que se tem como horizonte, ou seja, onde a própria prática organizativa permita criar espaços onde as pessoas e as relações se transformem de forma coletiva, em processo educativo e emancipatório.

### Contribuições dos autores

Informamos que todos os autores participaram igualmente da concepção, delineamento, busca e análise dos dados da pesquisa, interpretação dos resultados e redação do artigo científico.

### Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc.).

### Referências

- Associação Brasileira de Saúde Coletiva. (2016). *Cartilha Tenda Paulo Freire, 7º Congresso Brasileiro de Ciências Humanas Sociais e da Saúde*. Cuiabá: Autor. <https://casacoufmt.files.wordpress.com/2016/09/foldertenda-1-2.pdf>
- Barros, A.S., & Almeida, M. B. F. (2019). Estágio básico em contextos comunitários: momento prático na formação em Psicologia Social Comunitária. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14(3), 1-14. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082019000300007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000300007&lng=pt&tlng=pt)
- Caetano, E. (2019). *Relatório da Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária - JURA UFMT 2019*. UFMT. <https://sistemas.ufmt.br/ufmt/siex/Comum/RelatorioProjeto/Detalhes?relatorioProjetoUID=2291>
- Comitê de Oxford para o alívio da fome no Brasil - OXFAM Brasil. (2016). *Relatório Terrenos da Desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural*. OXFAM. <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural/>
- Comissão Pastoral da Terra. (2019). *Conflitos no Campo Brasil - 2018*. CPT. <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4687-conflitos-no-campo-brasil-2018>
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2019). *Referência Técnica para a atuação das(os) psicólogas(os) em questões relativas à terra*. (2a ed). Conselho Federal de Psicologia.
- Cruz, L. R., Freitas, M. F. Q., & Amoretti, J. (2010). Breve história e alguns desafios da Psicologia Social Comunitária. In J. C. Sarriera, & E.T. Saforcada (Orgs). *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas* (pp.76-96). Sulina.
- Freire, P. (2007). *Professora sim, tia não*. (10a. ed.). Editora Olho D'Água.
- Freire, P. (2018). *Conscientização*. Cortez Editora.
- Freitas, M. F. Q. (2014). Psicologia social comunitária como politização da vida cotidiana: desafios à prática em comunidade. In C. Stella (Org.), *Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências* (pp. 63-86). Vozes.
- Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso. (2015). *Relatório dos direitos humanos e da terra: Mato Grosso 2015*. Fórum de Direitos Humanos e da Terra.
- Garcia, J. E. (2003). Origens da psicologia social no Paraguai. In A. M. Jacó-Vilela, M. L. Rocha, & D. Mancebo (Orgs.), *Psicologia social: relatos na América Latina* (pp. 85-122). Casa do Psicólogo.
- Lane, S. T. M. (2004). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In S.T. M. Lane, & W. Codo (Orgs), *Psicologia Social: O homem em movimento* (14a. ed., pp.10-19). Brasiliense.
- Leite, J. F., Macedo, J. P. S., Dimenstein, M. & Dantas, C. (2013). A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In J. F. Leite, & M. Dimenstein (Orgs), *Psicologia e Contextos Rurais* (pp. 27- 56). EDUFRRN.
- Medeiros, L. S. (2003). *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. Fundação Perseu Abramo.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos* [Introdução à psicologia comunitária: desenvolvimento, conceitos e processos]. Paidós.
- Montero, M. (2006). *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad* [Teoria e prática da psicologia comunitária: o tempo entre a comunidade e a sociedade]. Paidós.



- Oliveira, I. F., & Amorim, K. F. O. (2012). Psicologia e Política social: o trato da pobreza como "sujeito psicológico". *Psicologia Argumento*, 30(70), 559-566. <http://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.6142>
- Ribeiro, R. L. R. (2018) *Relatório da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária - JURA. Siex - Sistema de Extensão*. Universidade Federal de Mato Grosso. <https://sistemas.ufmt.br/ufmt/siex/Comum/RelatorioProjeto/Detalhes?relatorioProjetoUID=1122>
- Ribeiro, R. L. R., & Sewo, M. T. (2020). Terra e resistência: a reforma agrária ocupando a agenda cultural da universidade. In H. Del Bel, E. Caetano, & D. Fanta (Orgs.), *Defesa da reforma agrária no Brasil: primeira Jornada Universitária (JURA) no Mato Grosso* (pp.117-134). Navegando Publicações. <https://www.editoranavegando.com/defesa-da-reforma-agraria-no-brasil>
- Sauer, S. (2016). Luta pela terra e reforma agrária: a construção de espaços de cidadania no Brasil. In M. Dimenstein, J. Leite, J.P. Macedo, & C. Dantas (Orgs.), *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais* (pp.45-69). Intermeios/FAPEPI/CNPQ.
- Santos, B. S. (2011). *A universidade no século XXI: por uma reforma democrática e emancipatória da universidade* (2a ed.). Cortez Editora.
- Souza, P. M., Ney, M. G., & Ponciano, N. J. (2015). Análise da Distribuição dos Financiamentos Rurais entre os Estabelecimentos Agropecuários Brasileiros. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(2), 251-270. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005302004>
- Trevisol, J. V., & Nierotka, R. L. (2016). Os jovens de camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. *Revista Katályses*, 19(1), 22-32. <https://dx.doi.org/10.1590/1414-49802016.00100003>
- Vasquez, G.C.F. (2009). A psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(4), 856-867. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400015>